

Reflexos da crise econômica e sanitária no mercado de trabalho: resiliência ou aprofundamento do hiato de gênero e interseccional?

Autores

Luana Passos

Professora Adjunta no Centro das Humanidades da Universidade Federal do Oeste da Bahia –Bahia - Brasil

Danielle Carusi Machado

Professora Associada da Faculdade de Economia da UFF/Niterói – RJ – Brasil

Julia Freitas

Aluna de Graduação em Economia da UFF/Niterói e bolsista de iniciação científica

Resumo

Analizamos a desigualdade de gênero e interseccional no mercado de trabalho brasileiro, considerando as crises econômica e sanitária de COVID-19. Estima-se como o fato de ser mulher e ser negra impacta na probabilidade de participação na força de trabalho, na desocupação e informalidade usando a Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios Contínua de 2012 a 2020. Não há evidências de que a crise econômica penaliza mais as mulheres e as negras. No caso da crise sanitária, há piora na proteção trabalhista das mulheres e negras, mas não da participação e desocupação. As crises reforçam a vulnerabilidade dos historicamente mais marginalizados.

Palavras-Chave: desigualdade de gênero; desigualdade interseccional; crise econômica; crise sanitária; mercado de trabalho.

Abstract

We analyze gender and intersectional inequality in the Brazilian labor market, considering the economic and health crises of COVID-19. We estimate how being a woman and being black impacts the probability of labor force participation, joblessness, and informality using the National Continuous Household Sample Survey from 2012 to 2020. There is no evidence that the economic crisis penalizes women and black women more. In the case of the health crisis, there is a worsening of labor protection for women and black women, but not of participation and unemployment. Crises reinforce the vulnerability of the historically most marginalized.

Key words: gender inequality; intersectional inequality; economic crisis; health crisis; labor market.

Área Temática: A PANDEMIA DO COVID-19

Fontes de financiamento: Recurso da PROPPI-UFF para bolsa de iniciação científica da aluna de graduação Julia Freitas.

1. Introdução

Por muito tempo as sociedades ocidentais foram marcadas por um modelo tradicional de divisão sexual do trabalho, no qual a vida das mulheres se restringia a arena privada, e as responsabilidades domésticas e familiares inerentes a ela, e, os homens estavam predestinados a vida pública, atuando no âmbito econômico e político. Esse modelo é fincado em relações sociais assimétricas entre os sexos, que naturalizam a reprodução da vida como destino primordial de todas as mulheres e atribuem ao ser feminino um menor prestígio e poder nas sociedades.

Com as transformações econômicas e culturais esses papéis tradicionais de gênero têm sido ressignificados, o que paulatinamente tem possibilitado as mulheres galgarem espaço na arena pública, embora ainda sejam acentuadas as assimetrias nos espaços de poder. É inconteste que as mulheres têm avançado, com presença cada vez mais marcante em especial no mercado de trabalho, mas é também sabido que as conquistas não se processam na mesma medida ou ritmo para todas as mulheres. Em uma sociedade racista e classista como a brasileira, algumas categorias de mulheres tem sua trajetória mais obstaculizada pelos preconceitos e vulnerabilidades referente a cor/raça e condição econômica. Afinal, mulher não é uma categoria homogênea ou um sujeito universal.

O Brasil, na primeira década dos anos 2000, experimentou um avanço na agenda de enfrentamento as desigualdades e, no bojo de um bom desempenho da economia, o governo federal capitaneou melhoria dos indicadores de pobreza e desigualdade em suas diversas facetas, em especial na de gênero e raça. Todavia, em 2014, ainda em uma gestão preocupada com mazelas sociais, o país começa a enfrentar uma crise econômica de grandes proporções, da qual teve dificuldade de se recuperar, ainda mais considerando a crise política instaurada com o *impeachment* de Dilma Rousseff. Conforme Oreiro e Paula (2019), a economia brasileira, saiu de um período de crescimento de 3,80% a.a. na média do período 2004/2013 para uma recessão a partir de 2014, com taxa média do PIB real de -1,87% a.a. no período 2014-2016. Os autores chamam a atenção para profundidade dessa crise e o ritmo lento de recuperação, com a economia estagnada de 2017 a 2019, com crescimento médio de 0,98% a.a. Além da crise econômica, que *per se* já tende a agudizar desigualdades, com o *impeachment* de Dilma Rousseff a área social perde prioridade na gestão federal. Com a aprovação da Emenda Constitucional 95, se instaura no Brasil um regime de austeridade fiscal por duas décadas, com fortes chances de comprometer a provisão do Estado de Bem-Estar Social. A pandemia de COVID-19 vem potencializar a vulnerabilidade, em um cenário que não era dos mais proeminentes para conquistas nas pautas de gênero e raça tendo uma gestão de extrema-direita no governo federal. Com um governo que nega a gravidade da pandemia e que não é enérgico em seu enfrentamento, o Brasil tem amargado um número expressivo de mortes, uma forte contração econômica e um elevado gasto fiscal, como mostra Orair (2021).

Mediante esse cenário, essa pesquisa se propõe a investigar o comportamento da desigualdade de gênero e interseccional – gênero e raça – no mercado de trabalho brasileiro, considerando a crise econômica e sanitária. A hipótese da pesquisa é que nesses momentos de crise, o hiato das desigualdades teria se aprofundado, refletindo em maior impacto da crise para mulheres e mulheres negras.

O artigo encontra-se dividido em quatro seções além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, de modo sucinto, são apresentados os apontamentos da literatura sobre as crises no Brasil e seus efeitos de gênero e raça. A segunda seção é dedicada a construção do marco teórico sobre as desigualdades de gênero e intra-gênero e a luta feminina por sua superação. Na terceira seção se apresenta a base de dados e a metodologia acessada. Na quarta, e última seção, são apresentados e discutidos os resultados.

2. As crises e seus efeitos: apontamentos da literatura

A comparação entre duas crises exige a necessidade de explicitar as diferenças econômicas, políticas e até mesmo sanitárias dos respectivos cenários. Nesse sentido, a crise de 2014 e a crise originada da pandemia do COVID-19 possuem divergências nas suas causas e consequências capazes de justificar os diferentes impactos no que diz respeito aos efeitos de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro.

O caráter econômico da crise de 2014, para uma vertente de economistas, é originado pelos problemas fiscais que o Brasil passava no período precedente. Segundo Cadó e Furno (2020), após período de forte crescimento econômico (2004-2014), consolida-se uma desaceleração do mesmo tendo em vista uma combinação de fatores relacionados a conjuntura econômica interna e internacional. Dentre estes fatores podem ser elencados a queda da demanda, dos preços das commodities, da taxa de investimentos e de arrecadação, tudo isto somado a uma crise política que contribuiu para o aumento das incertezas.

Tendo em vista o cenário econômico, a solução encontrada à época pelo governo Dilma foi a implementação de políticas de austeridade. A orientação macroeconômica tinha como foco central a recuperação das contas públicas a partir de cortes orçamentários e da redução do papel Estado, das empresas estatais e dos bancos públicos (MELLO; ROSSI, 2017). Entretanto, são nas medidas de contenção da inflação que o mercado de trabalho mais sofreu. O objetivo de realocar a inflação próxima à meta, exigiu a adoção por parte do governo de um aumento dos juros e somado aos ajustes fiscais citados anteriormente, criaram um cenário de queda de demanda e salários. Portanto, o ajuste teve como foco o mercado de trabalho, através do aumento da taxa de desemprego e da redução das pressões salariais (MELLO; ROSSI, 2017).

A política de austeridade do segundo governo Dilma fracassou em todos os objetivos inicialmente pensados e após o *impeachment* em 2016, Michel Temer assume a presidência. Contudo, além de permanecer com o mesmo plano de ajuste fiscal, o então presidente também utiliza outros artifícios a fim de contornar a situação econômica do país, como, por exemplo as reformas estruturais, sendo elas a nova regra fiscal referendada na EC 95 e a Reforma Trabalhista (CADÓ; FURNO, 2020).

Diante do cenário de instabilidade política, crise econômica e adoção de políticas macroeconômicas de austeridade fiscal, o mercado de trabalho sofreu consequências que não faziam parte da realidade brasileira há anos. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) mostraram que a taxa de desemprego praticamente dobrou em 2 anos, saindo de 6,2% em dezembro de 2014 para 12% em dezembro de 2016, sendo esta última a maior taxa já registrada na época desde 2012, ano em que a série histórica foi iniciada.

O recorte por gênero da taxa de desocupação evidencia um aumento para as mulheres, mas sua justificativa não advém puramente de mulheres que perderam seus postos de trabalho durante a crise. Em momentos de crise econômica, a reação de muitas famílias na defesa do nível de renda é ampliar o número de membros que participam da atividade econômica. Sendo assim, o aumento na inserção das mulheres na força de trabalho trouxe como consequência o aumento da taxa de desocupação delas que não foram absorvidas pelo mercado de trabalho (CADÓ; COSTA FURNO, 2020; LEONE, 2019), o chamado efeito trabalhador adicional por causa da crise.

Além disso, a crise afetou em maiores números os empregos mais tradicionais, principalmente os ligados a indústria (CADÓ; COSTA FURNO, 2020). Segundo Hirata (2015), a crise deteriorou os postos de trabalho com maior presença masculina, sendo assim, a partir da divisão sexual do trabalho, as mulheres tiveram menos impactos negativos no que diz respeito a perda do emprego, mas adquiriram como função manter a renda familiar durante a crise. Chamado de trabalho secundário ou trabalhador adicional, essa categoria que as mulheres se inserem com maior força a partir de 2014, possuem as maiores taxas de informalidade (PEREIRA; GALVÃO; MAXIR, 2018).

Tradicionalmente, o trabalho doméstico é a porta de entrada para muitas mulheres no mercado de trabalho. Entretanto, a situação laboral dessas mulheres é de precariedade, pois possuem pouca valorização social e baixos salários, além do grupo que utiliza desse portal serem as mais vulneráveis: mulheres negras e pobres (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000; HIRATA, 2015). Segundo Cadó e Costa Furno (2020), além do aumento no número de subocupadas, no início de 2015 ocorre um *boom* na taxa de ocupação em serviço doméstico, corroborando os argumentos da alocação laboral dessas mulheres em momentos de crise.

Sendo assim, a crise de 2014 que perdurou até 2017, teve seu diagnóstico das causas repousado na ideia de que os crescentes déficits do orçamento eram consequências do aumento dos gastos em políticas sociais (MELLO, 2015). A mulheres, sobretudo as negras, são as mais dependentes de políticas sociais, ou seja, situação laboral dessas mulheres sofreu um retrocesso

após anos de mudanças e incentivos por parte do governo para amparar essa população demandante de políticas sociais (BARROSO; GAMA, 2020; CADÓ; COSTA FURNO, 2020; TEIXEIRA, 2018).

Por outro lado, a pandemia do COVID-19 trouxe questões não vivenciadas pela crise de 2014, que foi uma crise econômica per se. Isto porque a causa dos choques econômicos e financeiros de 2020 são consequência de um vírus altamente contagioso e letal, e a forma encontrada inicialmente para o controle da disseminação foi a adoção de isolamento social e até de *lockdown*. Esta medida tomada em diversos países e incluindo o Brasil, ainda que de maneira branda se comparada a outros, interrompeu o funcionamento de diversas atividades não essenciais como, por exemplo, o funcionamento de escolas, creches, shoppings, praias, parques etc.

A paralisação aguçou a precariedade de grupos vulneráveis no que diz respeito ao trabalho e a sobrevivência (ACCIARI, 2020; BARBOSA; COSTA; HERSCKSHER, 2020). Enquanto grupos privilegiados com alta escolaridade e remuneração conseguiram retomar suas atividades de trabalho e estudo com o *home office*, as famílias pobres foram obrigadas a continuar “trabalhando, usando o transporte público, onde é impossível evitar o contato com outras pessoas, e sem os recursos financeiros para comprar os itens de proteção recomendados: luvas, máscaras e álcool em gel” (ACCIARI, 2020, p.1).

Como as mulheres possuem historicamente uma sobrecarga de trabalho reprodutivo, o isolamento social aprofunda essa desigualdade de horas destinadas aos afazeres domésticos e de cuidados, mas também expõe a heterogeneidade das mulheres. Enquanto um grupo privilegiado terceiriza os serviços domésticos outro necessita desse trabalho, pois é uma das únicas formas de permanecer no mercado de trabalho durante o período de *lockdown*. Então essas trabalhadoras se depararam com dois caminhos que seus empregadores precisavam tomar: continuar com a exposição diária ao vírus para manter o rendimento familiar em casos em que as famílias que terceirizam essa atividade permanecem dispostos a receber outra pessoa em suas casas ou são demitidas.

Ao tratar da demissão dessas trabalhadoras é importante destacar as mais de 2,5 milhões de diaristas no Brasil, onde conforme as dirigentes sindicalistas contatadas por Acciari (2020), entre 90% e 95% das diaristas com quem elas conseguiram entrar em contato estavam sendo demitidas e sem receber salário. O caso das trabalhadoras domésticas com carteira assinada, ainda que minoria, é de negociação, os patrões que concordam ou ainda conseguem manter financeiramente antecipam o 13º salário e/ou férias para manter a remuneração para uma quarentena remunerada. Contudo, essa não é a realidade da maioria que teve a situação aguçada pela flexibilização das leis trabalhistas (ACCIARI, 2020).

A necessidade de permanecer em seus lares seja por imposição sanitária ou pela falta de oportunidades de emprego traz outras consequências para as mulheres, em especial as pobres e negras. Contudo, é importante ressaltar que a pandemia mostra apenas uma nova expressão das desigualdades sociais já vividas de maneira um pouco menos acentuada anteriormente. Então, corroborando os fatos estilizados do mercado de trabalho brasileiro, junto aos jovens, os negros e os com menor nível de escolaridade, as mulheres em termos de perda de ocupação foram as mais afetadas, além é claro, dos trabalhadores informais (BARBOSA; COSTA; HERSCKSHER, 2020).

A presença de mais indivíduos nos lares somados ao fechamento de creches e escolas impactaram na distribuição de recursos dos lares sendo ele totalmente revisto a partir do momento que crianças e adolescentes passaram a fazer todas as refeições em casa e consequentemente gastando mais energia elétrica (BARBOSA; COSTA; HERSCKSHER, 2020; BARROSO; GAMA, 2020). É importante destacar a importância para as mulheres pobres sobre a oferta de creches para além do despendido nas contas mensais. Barbosa e Costa (2017) encontram evidências que a oferta de creche possui efeito positivo e significativo sobre a probabilidade de as mulheres que são mães participarem no mercado de trabalho. Considerando o contexto pandêmico, sem a oferta de creches e com baixa demanda por trabalho a situação das mulheres permanece extremamente delicada. Portanto, as mulheres pobres, em sua maioria negras e moradoras de periferias e favelas, tiveram seu frágil orçamento doméstico facilmente desestabilizado (BARROSO; GAMA, 2020).

Sendo assim, os cenários das duas crises são bastante distintos. De maneira contrária ao que ocorreu na crise de 2014, a pandemia da COVID-19 também impactou setores com maior presença

feminina, então trouxe consigo recordes decrescentes na taxa de participação das mulheres¹. Para tanto, a primeira crise permitiu que as mulheres adentrassem no mercado de trabalho a fim de contribuir para a renda familiar, questão impossibilitada durante a crise sanitária pelo bloqueio do funcionamento de atividades não essenciais, atingindo o setor de serviços e o informal fortemente.

No que diz respeito às políticas sociais, enquanto as medidas de austeridade a partir de 2015 fragilizaram os grupos que mais dependem dessas ações, durante a pandemia diversos apoios para a permanência feminina no mercado de trabalho já enraizados foram paralisados por medidas de força maior, por exemplo, as creches e escolas. Na tentativa de contornar a situação caótica da população vulnerável o governo implementou o auxílio emergencial que perdura até 2021, antecipou o saque do FGTS, entre outras medidas, mas não suficientes para entregar segurança alimentar para essas famílias.

Por fim, a exposição ao vírus das mulheres na linha de frente nos hospitais e das trabalhadoras não essenciais obrigadas a se deslocar diariamente, exemplifica o título escolhido para o artigo por Barroso e Gama (2020) de “a crise tem rosto de mulher”, assim como também foi encontrado na presença feminina a solução necessária para a atenuação das quedas de rendimentos familiares em 2014.

3. Os feminismos e a construção da luta feminina

A despeito das diferenças que podem ocorrer na periodização e na vivência de cada país, a atuação do movimento feminista pode ser contada por meio de ondas, que é um modo sistematizado de apontar características e expressões de cada momento da luta. As ondas do feminismo possibilitam a compreensão de como o movimento foi sendo desenhado e redesenhado de modo a atender a uma realidade que se apresentava de modo cada vez mais complexo ou que se complexificava com o avançar da própria luta.

A primeira onda do feminismo é o momento no qual as mulheres passam, de modo mais veemente, a lutar por direitos políticos, sendo o elemento de destaque da disputa o voto feminino. Havia sido negado às mulheres, desde as civilizações gregas e romanas às democracias erguidas na Europa pós a Revolução Francesa, a expressão mínima de cidadania- o direito de votar e ser votada. Parece natural que o elemento aglutinador de luta feminina fosse o sufrágio universal, na medida que o mesmo representava o primeiro passo para o reconhecimento da cidadania feminina, não mais uma cidadania de segunda classe na qual o acesso aos espaços decisórios tinha que ocorrer por intermédio de um homem.

Assim, essa primeira onda ficou conhecida como sufrágismo, despontando no final do século XIX com a luta das mulheres em vários países, com destaque a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, pelo o reconhecimento dos seus direitos de cidadania. Para Abreu (2002), a Grã-Bretanha e os Estados Unidos se destacam na emergência e na força da luta das mulheres por direitos, devido nesses países o liberalismo político e seus princípios de erradicação das barreiras e hierarquias arbitrárias terem logrado êxito, enquanto nas nações da Europa Continental, como França, Alemanha, Rússia e Portugal, o feminismo que floresceu nas revoluções liberais e socialistas ter sido rapidamente sufocado com a restauração do conservadorismo. O direito ao voto feminino foi paulatinamente conquistado mundo a fora, sendo que na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos ele se concretizou, respectivamente, em 1918, pela lei parlamentar *Representation of the People Act*, e, em 1920, pela 19ª Emenda à Constituição americana (ABREU,2002). No Brasil, o voto feminino, a nível nacional, foi conquistado, em 1932, quando o então presidente Getúlio Vargas suprime da lei eleitoral todas as restrições ao voto das mulheres.

Conquistado o direito básico de cidadania- votar e ser votado- uma segunda onda do feminismo emerge em meados do século XX. Às vezes considerado como momento do feminismo identitário, constrói-se, nesse momento, o lugar de sujeito para as mulheres. Em uma atuação que perpassa pelas esferas políticas, sociais e domésticas, as mulheres galgaram o lugar de sujeito, saindo da invisibilidade que outrora imperava (MARTINS, 2015). Assim, o feminismo construiu,

¹ No segundo trimestre de 2020, a taxa de participação feminina registrou o menor número desde a década de 1990, segundo os valores divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – IBGE.

na segunda onda, um sujeito unitário – as mulheres -, fincado na crença de que haveria muito mais similitudes a unir as mulheres do que distinções a as separar (PINHEIRO, 2016).

É na segunda onda do feminismo que se cunha o conceito de gênero como uma categoria de análise, colocando em relevo a necessidade de se pensar as diferenças entre homens e mulheres a partir de construções sociais. O feminismo de segunda onda abre brechas para o questionamento dos papéis hierarquizados atribuídos a homens e mulheres na sociedade, em especial a associação naturalizada das mulheres com a vida privada e dos homens com a vida pública.

Em contraposição a primeira onda em que há indícios de que se lutou pelos direitos políticos tomando partido de papéis socialmente construídos por tanto, um movimento com certo cunho conservador (COSTA, 2005), a segunda onda coloca em xeque as funções sociais como base nas diferenças biológicas. A reivindicação do momento é pela participação das mulheres na vida pública em igualdade de condições com os homens, ou seja, sem condicionantes sociais do que compete a cada sexo na sociedade.

Acompanhando essa onda do feminismo as mulheres pouco a pouco colorem em outros tons sua atuação na vida pública, como bem atesta o seu aumento de participação na atividade econômica que por muito tempo foi tida como espaço de homem. Só para citar um exemplo, no Brasil, pelo censo demográfico, a atividade econômica feminina saiu de 20%, em 1970, para 49%, em 2010. Contudo, a reivindicação dessa fase de quebra de papéis sociais estereotipados se deu na realidade de boa parte dos países como uma conquista parcial, nos termos de Esping-Andersen (1999) uma revolução de gênero incompleta, na medida em que as mulheres adentraram no mercado de trabalho, na política, e na vida pública de modo geral, mas os homens pouco se motivaram a compartilhar as responsabilidades da vida privada, em especial participar da socialização das atividades reprodutivas.

Mas, essa experiência de restrição ao espaço privado, ao qual o movimento de mulheres lutou em sua segunda onda pelo desfalecimento, não representava o cotidiano de uma parcela de mulheres, em especial das mulheres negras que vivenciaram a exploração de sua força de trabalho no período da escravidão e, pós ele permaneceu na vida laboral de modo muito precário. Certamente, a atribuição do papel de cuidadora permanece elemento comum a todas as mulheres, mas até mesmo nesse quesito existem diferenças cotidianas veladas, dado como aponta Hooks (1995) é perene um imaginário social de que a mulher negra está no mundo para servir aos outros. Assim, essa luta por um sujeito universal feminino precisava ser ressignificada de modo a acomodar o que havia de peculiar na experiência de distintos grupos de mulheres, algo que ganha espaço em uma terceira onda do movimento.

O feminismo de terceira onda é marcado pelo debate da interseccionalidade, a qual se dará centralidade nesse texto, mas também por uma abordagem pós-estruturalista da sexualidade que têm como expoente Judith Butler². O debate da interseccionalidade foi cunhado em movimento que se denominava feminismo negro. Collins (2017) aponta que o uso do termo “feminismo negro” foi um modo de desestabilizar o racismo inerente ao apresentar o feminismo como uma ideologia e um movimento político que só representava a realidade das pessoas brancas. O pensamento feminista negro representa um leque de experiências e ideias a partir do ponto de vista das mulheres negras, conforme o compartilhamento de interpretações teóricas da realidade delas (COLLINS, 2009; FIGUEIREDO, 2017). Portanto, o uso do termo negro é um modo de estabelecer a existência de mais de um feminismo, colocando em relevo que ser mulher comporta experiências bem mais diversificadas do que o sujeito universal feminino é capaz de abarcar.

A vivência das mulheres negras se distancia em muito do discurso clássico de opressão feminina, haja vista que as negras nunca foram tratadas como frágeis, trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas como vendedoras, quituteiras, prostitutas, sendo um contingente de mulheres que pasmaram quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar ao já ocuparem esse espaço (CARNEIRO, 2001). Assim, para dar conta da heterogeneidade das mulheres foi sendo gestado dentro do feminismo negro o debate teórico sobre interseccionalidade, que ganhou projeção com Crenshaw (1989), mas para Figueiredo (2017) as bases de articulação do conceito vem de um legado da contribuição de mulheres afro-americanas,

² Maiores informações nesse debate podem ser acessadas em: Martins (2015) e Pinheiro (2016).

valendo frisar os trabalhos de Davis e Collins. Assim, as raízes do debate interseccional remontam tanto aos movimentos abolicionistas de mulheres do século XIX como as lutas e teorizações dos movimentos feministas negros e lésbicos nos Estados Unidos e Reino Unido, a partir dos anos 1970 (HENNING, 2015).

Embora não haja consenso sobre o gesto fundador da interseccionalidade, o que interessa aqui é acessá-lo como instrumental para desnudar a heterogeneidade das mulheres, auxiliando na compreensão de porque ainda hoje as mulheres negras ocupam a base da estratificação social. Esse conceito exprime a existência de múltiplas fontes de identidade entre as mulheres, sendo a experiência de cada uma produzida no entrecruzamento dos diversos marcadores sociais como gênero, raça e classe. A interseccionalidade considera a transversalidade das relações sociais e seus efeitos para produção e reprodução de desigualdades complexas. Pensar em termos de interseccionalidade é desconstruir a ideia de que a luta pode ser orientada de modo “neutro” em prol das mulheres, desconsiderando as peculiaridades ou vulnerabilidades que a classe e raça acrescentam ao sistema de opressão do machismo.

Assim, nesse feminismo de terceira onda o debate sobre a heterogeneidade das mulheres emerge e junto com ele o questionamento sobre um sujeito universal-mulheres. Se há opressões experimentadas pelo fato de ser mulher, há privilégios vividos por ser uma mulher branca ou uma mulher rica. E essa ponderação é bem verdadeira para o caso brasileiro, no qual a ascensão profissional de algumas mulheres em muito é possibilitada pelo trabalho doméstico mal remunerado e precário de outras mulheres, notadamente o trabalho das negras. Para Pinheiro (2016), entre um mundo de incertezas, algo que parece ser cada vez mais contundente é que não se deve buscar um sujeito fixo do feminismo, sendo o desafio posto a elaboração de alternativas de estabilização temporária do sujeito do movimento, conforme as contingências que se apresentarem no campo social e o reconhecimento de identidades.

O caminho percorrido pelo feminismo, com claras ressignificações na luta, o possibilitou hoje ser um movimento de grande envergadura. Da busca pelo direito ao voto, a crítica ao determinismo biológico, até a consideração da heterogeneidade das mulheres, o feminismo foi se reinventando de modo a ser combativo em uma realidade concreta. Agora já há uma crença que o feminismo adentra uma quarta onda, adequando-se aos tempos digitais.

A quarta onda do feminismo não parece pôr em questionamento elementos das outras ondas, como foi o caso das queixas da terceira onda na proposta de universalidade do sujeito mulher da segunda onda, mas encapar uma nova roupagem na forma de profusão e mobilização das pautas femininas. Por meio do espaço digital se amplia o horizonte do movimento, permitindo tanto ampliação das lutas, como a questão LGBTQIA+, como o alcance de um público mais abrangente no feminismo tido como da hashtag. Para o caso brasileiro, Perez e Ricoldi (2018) apontam que é possível identificar na quarta onda do feminismo três tendências principais: o ativismo digital; a interseccionalidade; e atuação por meio de coletivos. A expansão do acesso e mobilização via internet abriram brechas a diversas vertentes feministas, que combatem concomitantemente o machismo, o racismo e a LGTfobia, sendo o feminismo interseccional acolhedor de todas essas clivagens (PEREZ; RICOLDI, 2018).

A história do feminismo, de modo sucinto aqui contada, revela o percurso sinuoso que o movimento teve que trilhar de modo a ser representativo do grupo que desejava dar voz- as mulheres. Em um processo de ressignificação, o feminismo, tido como um movimento da elite branca, passou a ser os feminismos ou um feminismo com sujeito multifacetado, englobando as distintas vivências que ser mulher pode comportar.

A necessidade de se pensar a pluralidade no feminismo é atestada nos indicadores socioeconômicos investigados, pois há claros elos e distinções em ser mulher. Se por um lado os números apontam que o pertencimento de gênero posiciona as mulheres em desvantagem frente aos homens, os mesmos revelam que o pertencimento racial coloca as mulheres negras no lugar da desvantagem, como será exposto na seção dos resultados.

4. Fonte de dados e metodologia

A base de dados utilizada é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cobrindo as áreas urbanas e rurais, para o período de 2012-2019 e os trimestres de 2020. Essa base foi escolhida por ser uma das pesquisas amostrais mais apropriada na investigação das condições de mercado de trabalho tendo em vista sua periodicidade, qualidade e abrangência nacional.

Foi escolhido o período de 2012 a 2019 para poder investigar os efeitos das assimetrias de gênero e intra-gênero, considerando o momento da crise econômica (2014-2016) vivenciado no Brasil, valendo-se, nesse caso, da primeira entrevista da PNAD Contínua anual. Para compreender os efeitos da crise sanitária sobre o mercado de trabalho, usamos a PNAD Contínua trimestral³.

Para compreender os efeitos de gênero e de intra-gênero na participação na força de trabalho e na inserção laboral serão estimados modelos de probabilidade: *probit*. No primeiro modelo, a variável dependente é a situação de participação na força de trabalho (não participar da força de trabalho; Y=1; ou participar da força de trabalho ; Y=0), no segundo modelo, a variável dependente descreve a situação de desocupação ou ocupação, sendo Y=1 se desocupado e Y=0 se ocupado, e no terceiro modelo analisa-se a formalização, sendo a variável dependente igual a um, se não tem carteira de trabalho assinada e zero, caso tenha carteira de trabalho assinada na ocupação.

Em todos os modelos, a variável dependente é binária, e como o intento é investigar a precariedade laboral no momento de crise econômica e sanitária, será a referência o lado negativo: não participar da força de trabalho, encontrar-se desocupado e não ter carteira assinada.

Todos os modelos serão estimados conforme a equação (1):

$$Y_i^* = Z_i\alpha + \mu_i \quad (1)$$

Y_i^* variável dependente indicativa de não participar da força de trabalho (ou encontra-se desocupado, ou encontra-se trabalhando sem carteira de trabalho assinada), Z representa o vetor de variáveis exógenas que influenciam a probabilidade de estar em um ou outra situação, α representa os coeficientes relacionados às variáveis explicativas e, μ o termo de erro aleatório com distribuição normal-padrão.

O vetor de variáveis é composto por características pessoais e domiciliares: idade; idade ao quadrado; anos de estudos; *dummy* de sexo; *dummy* interseccional⁴; *dummy* de pessoa de referência na família; *dummy* de cor⁵; presença de crianças no domicílio de 0 a 5 anos; presença de crianças no domicílio de 6 a 14 anos; presença de idosos no domicílio; presença de crianças no domicílio de 0 a 5 anos que frequentam escola ou creche; presença de crianças no domicílio de 6 a 14 anos que frequentam escola; *dummy* de receber Bolsa Família; *dummies* de regiões; *dummy* para área urbana. Esse mesmo vetor de características é utilizado nos modelos que usaram PAND Contínua anual e trimestral, com exceção de na trimestral não ter a variável receber Bolsa Família. No Quadro 1 são apresentadas as variáveis utilizadas nos modelos.

Quadro 1

Descrições das variáveis utilizadas na estimação

	Variáveis	Descrições
Dependentes	Ausência de participação no mercado de trabalho	Informa se o indivíduo não participa da força de trabalho
	Desocupação	Informa se o indivíduo está desocupado
	Carteira de trabalho assinada	Informa se o indivíduo trabalha sem carteira de trabalho assinada
Explicativas	Escolaridade	Informa os anos de estudo do indivíduo

³ No caso da segunda base de dados cabe ressaltar que devido ao contexto pandêmico ela foi realizada por telefone, um grande esforço do IBGE para dar continuidade a prestação de informações na pandemia. Segundo Penna et al (2020), o Brasil foi o primeiro país do mundo a realizar um levantamento amostral de base domiciliar por meio de entrevistas telefônicas. Ao longo de 2020, por volta de 193 mil domicílios foram entrevistados todo mês, com o morador que atendeu ao telefone sendo o respondente de todas as informações do questionário.

⁴ Usada nos modelos que investigam a diferença entre as mulheres.

⁵ Usada nos modelos que investigam a diferença entre homens e mulheres.

Idade	Informa a idade do indivíduo
Idade ao quadrado	Informa a idade do indivíduo elevada ao quadrado
Negro	Informe se o indivíduo é preto ou pardo
Pessoa de referência	Informe se o indivíduo é a pessoa de referência no domicílio
Sexo	Informa se a pessoa é mulher
Interseccional	Informa se a pessoa é mulher negra
Criança de 0 a 5 anos no domicílio	Informa se residem crianças de 0 a 5 anos no domicílio
Criança de 6 a 14 anos no domicílio	Informa se residem crianças de 6 a 14 anos no domicílio
Criança de 0 a 5 anos na creche ou escola	Informa se as crianças de 0 a 5 anos frequentam creche ou escola
Criança de 6 a 14 anos na escola	Informa se as crianças de 6 a 14 anos frequentam escola
Idoso no domicílio	Informa se residem idosos no domicílio
Recebe Bolsa Família	Informa se o indivíduo recebe Bolsa Família
Regiões	Informa as regiões do Brasil
Área urbana	Informa se a pessoa reside em área urbana

Elaboração Própria

Os resultados apresentados se baseiam nos efeitos marginais calculados para a média das variáveis explicativas. Eles correspondem à derivada parcial da probabilidade do evento em relação à variável em questão. O interesse aqui não é avaliar todos os determinantes de se encontrar na situação de não compor a força de trabalho, ou estar desocupado ou trabalhar sem carteira, e sim estudar os efeitos de gênero e intra-gênero. Assim, o foco é analisar os resultados das variáveis de sexo e interseccional (gênero e raça) sobre as variáveis de interesse, sendo as demais explicativas utilizadas como controles pois, são apontadas na literatura como determinantes das situações em investigação. A amostra é restrita a pessoas da faixa etária de 14 a 59 anos, para as variáveis dependentes.

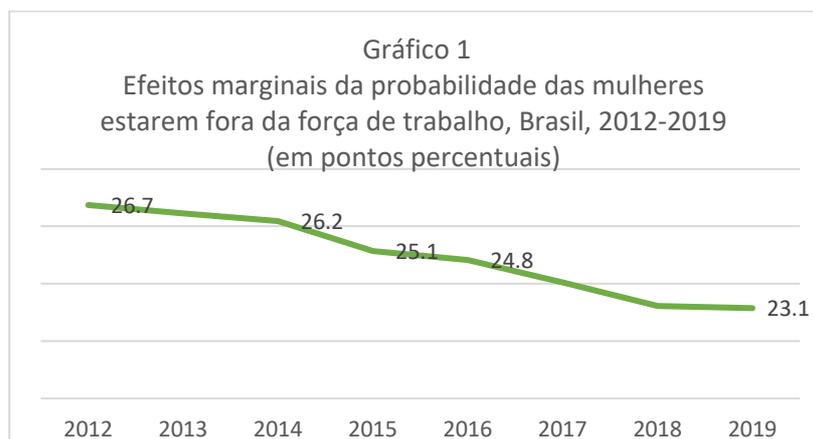
Os modelos são estimados para cada um dos anos da série de 2012 a 2019 e para os quatro trimestres do ano de 2020.

5. Resultados

5.1 Crise econômica

Nesta pesquisa, utilizaram-se os modelos de probabilidade para investigar se no período de recessão econômica (2014-2016), as desigualdades entre homens e mulheres e entre as próprias mulheres teriam sido agudizadas, ao se controlar as características observáveis, corroborando a ideia de que em momentos recessivos determinadas categorias são mais penalizadas.

No Gráfico 1, no qual é exposto os efeitos marginais da probabilidade das mulheres estarem fora da força de trabalho em contraposição aos homens, nota-se que durante a crise econômica houve redução da probabilidade de as mulheres estarem fora da força de trabalho. Em 2014, uma mulher tinha uma probabilidade de mais de 26,2 pontos percentuais (p.p) que os homens de estarem fora da atividade econômica, enquanto em 2016 essa probabilidade era de 24,8 p.p. A crise econômica parece na verdade ter criado a necessidade de um trabalhador adicional na família, empurrando mais mulheres para força de trabalho, algo confirmado nos apontamentos da literatura. Considerando o período como um todo, nota-se queda na probabilidade de as mulheres estarem fora da força de trabalho.



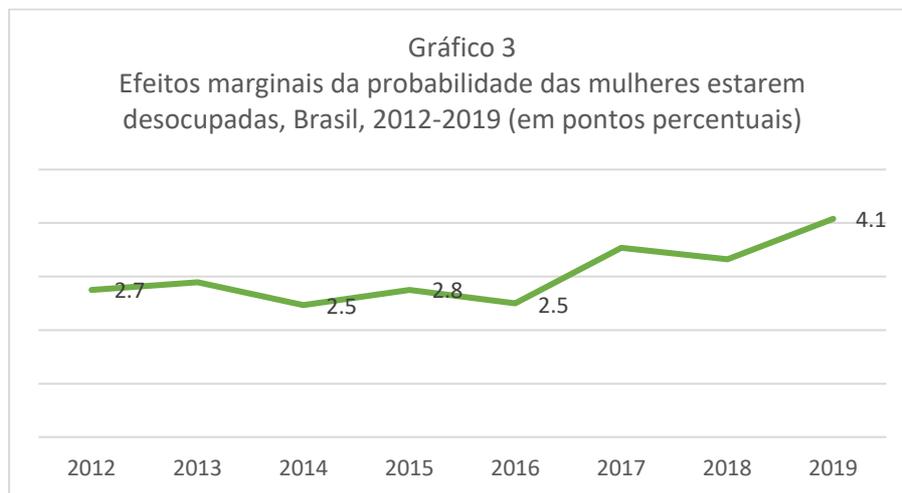
Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD Contínua, 2012-2019.

Quando a atenção se centra na diferença entre as mulheres, como mostra o Gráfico 2, os resultados negativos sinalizam que as mulheres negras frente as mulheres brancas teriam menor chance de se encontrarem fora da força de trabalho. Esse resultado é contrário do que se via nas estatísticas descritivas, nas quais as mulheres negras estavam levemente mais presentes na inatividade econômica. Os resultados apontam que as mulheres negras, em 2014, teriam 1,4 p.p a menos de probabilidade de estarem fora da força de trabalho e, em 2016, essa probabilidade seria de apenas 0,3. Ou seja, o benefício das mulheres negras foi sendo mitigados durante a crise econômica, o que pode ser indicativo que devido ao cenário recessivo as negras transitaram para inatividade, mesmo controlando para as características observáveis.

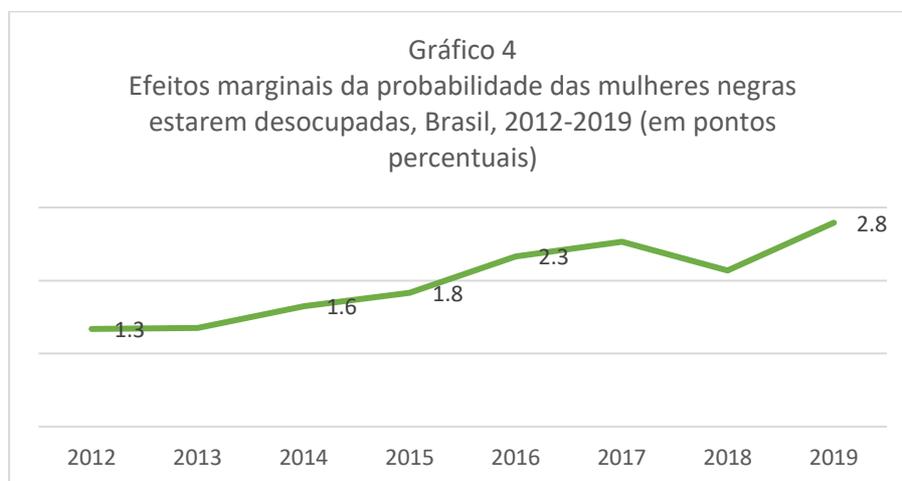


Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD Contínua, 2012-2019.

No quesito desocupação, os dados mostrados no Gráfico 3 apontam um aumento da probabilidade de as mulheres estarem desocupadas considerando o período como um todo. Em 2012, as mulheres tinham uma probabilidade de 2,7 p.p a mais que os homens de estarem desocupadas ao passo que, em 2019, esse número é de 4,1. No período propriamente considerado de recessão nota-se um movimento de U invertido: piora de 2014 para 2015 e depois retorno ao patamar de 2014 em 2016. Embora a partir de 2017 o PIB já tenha apresentado resultados de crescimento, em termos de desocupação feminina a situação parece ter piorado, com aumento da probabilidade de desocupação.



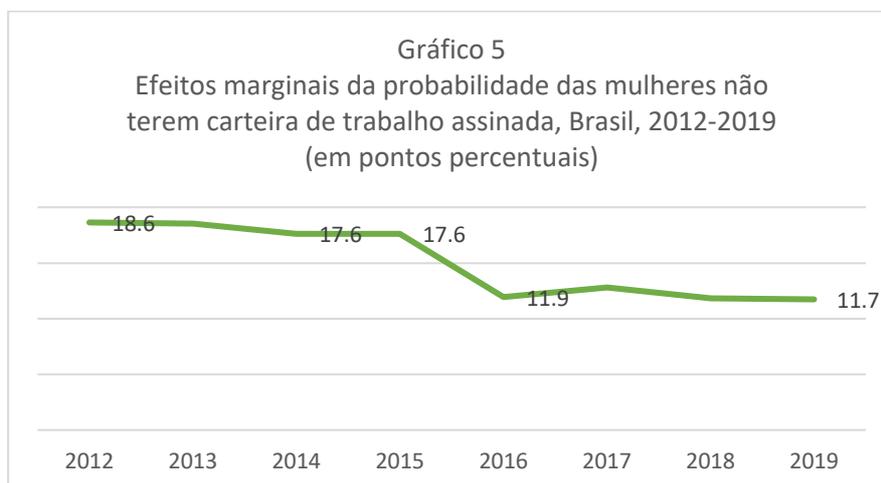
Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD Contínua, 2012-2019.



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD Contínua, 2012-2019.

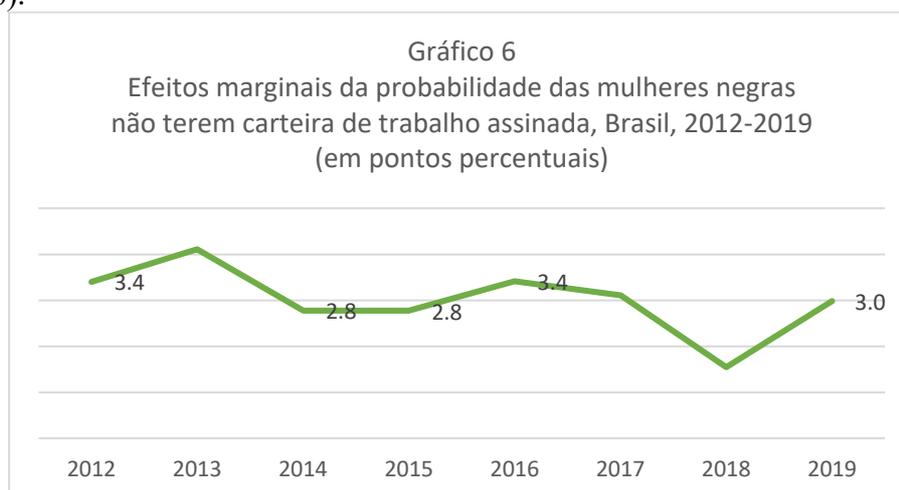
Ao se considerar as diferenças entre as mulheres, se nota no Gráfico 4 aumento da probabilidade de as negras estarem desocupadas em relação as brancas. Em 2014, uma mulher negra tinha 1,6 p.p a mais de probabilidade de se encontrar desocupada do que uma mulher branca, enquanto, em 2016, esse número é de 2,3. Ou seja, há uma piora da desocupação a partir da crise econômica, contudo, mesmo com a retomada, ainda que modesta, do crescimento econômico a situação das negras não retoma ao patamar anterior ao da crise.

Por fim, em termos de ter carteira de trabalho assinada nota-se uma melhoria da condição feminina haja vista que houve queda na probabilidade de as mulheres frente aos homens não terem carteira de trabalho assinada, considerando o período todo. A distância ainda é expressiva, mas claramente está se avançando a proteção trabalhista feminina. Ao contrário do que era esperado, durante o período recessivo a probabilidade de as mulheres não terem carteira assinada sai de 17,6 p.p. em 2014, para 11,9 p.p., em 2016, o que pode indicar a ida para desocupação ou inatividade dos trabalhadores mais vulneráveis.



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD Contínua, 2012-2019.

Entre as mulheres também se percebem diferenças em termos de proteção trabalhista, com uma melhoria da situação para as mulheres negras considerando todo período em análise. Todavia, no momento da crise econômica notou-se aumento da probabilidade das negras não terem carteira de trabalho assinada, sendo que, em 2014, a probabilidade foi de 2,8 e, em 2016, passou a ser 3,4 (Ver Gráfico 6).



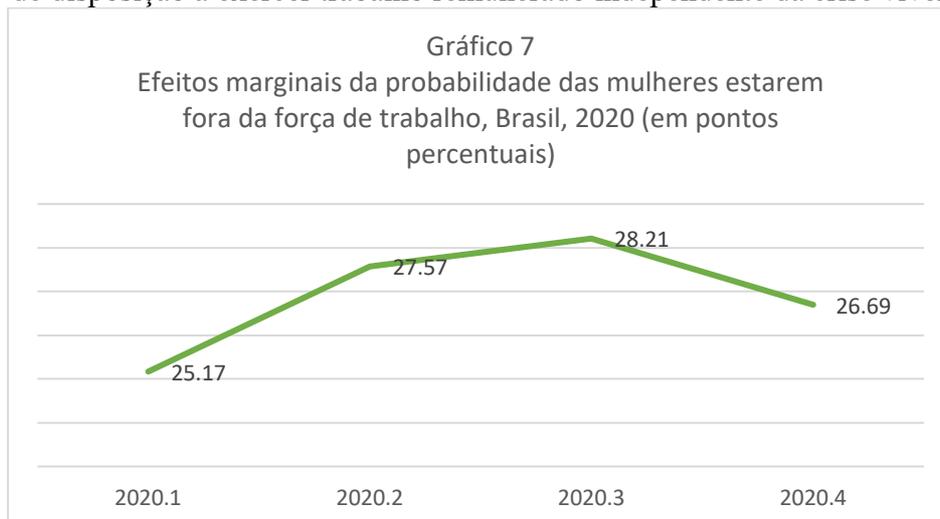
Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD Contínua, 2012-2019.

5.2 Crise sanitária

Em 2020, o mundo enfrentou a maior crise sanitária do último século, com fortes reflexos no mercado de trabalho devido a paralisação por vários meses das atividades econômicas não essenciais. Cabe refletir se a pandemia de COVID-19 no Brasil teria penalizado laboralmente mais algumas categorias, a saber: mulheres e mulheres negras.

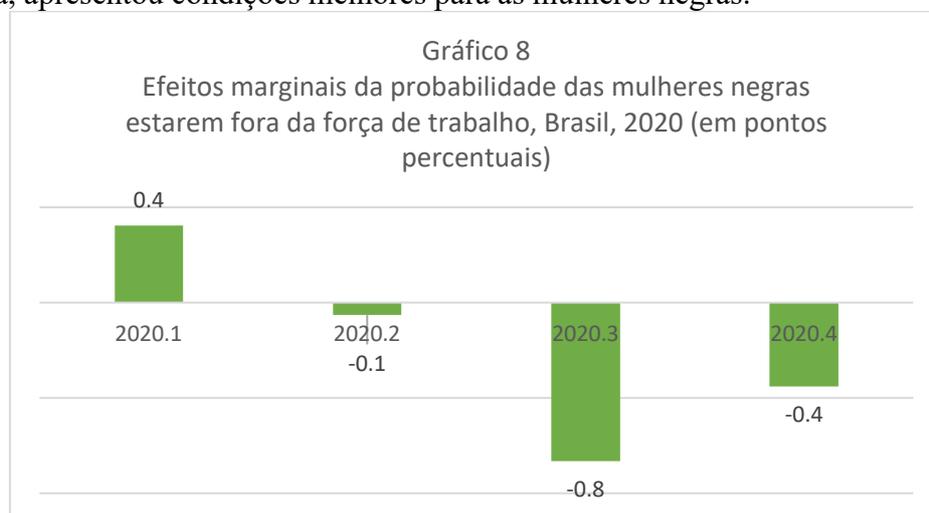
No Gráfico 7, nota-se o aumento da probabilidade das mulheres em relação aos homens estarem fora da força de trabalho, do primeiro trimestre (probabilidade de 25 p.p) ao terceiro trimestre de 2020 (probabilidade de 28 p.p.). No quarto trimestre, onde já estava ocorrendo relaxamento das medidas de isolamento social houve uma queda da probabilidade (27 p.p), mas ainda assim mantendo uma probabilidade acima do valor notado no primeiro trimestre de 2020. Quando contrastado com o período anterior ao da crise sanitária não se notam muitas mudanças em termos de valor do hiato, sendo a probabilidade feminina de estar fora da força de trabalho mais de 20 p.p. maior do que a masculina. Como o cuidado permanece socialmente um atributo feminino, as

mulheres continuando sendo penalizadas em sua atuação na vida pública, em particular na possibilidade de disposição a exercer trabalho remunerado independente da crise vivenciada.



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD Contínua, 2020 (1º ao 4º trimestre).

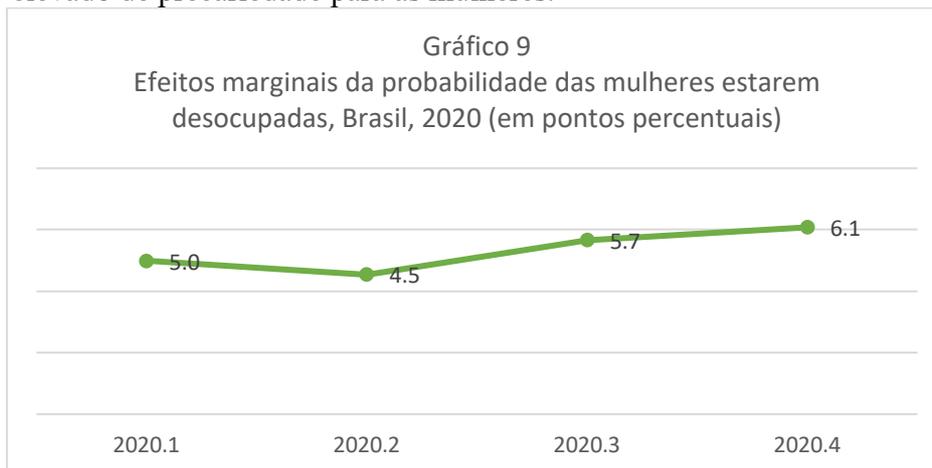
Considerando as diferenças entre as mulheres, com exceção do primeiro trimestre, quando o efeito marginal foi positivo, nos demais trimestres tem-se que as mulheres negras tinham menor chance que as brancas de estarem fora da força de trabalho. Ou seja, a partir do segundo trimestre, as negras passam a experimentar os efeitos negativos da paralisação da atividade econômica. Elas passam a ter menor probabilidade de ficar fora do mercado de trabalho. A magnitude dos efeitos marginais é baixa, mas os valores podem sinalizar que a crise sanitária empurrou mais mulheres negras a se engajarem economicamente devido provavelmente ao aumento de vulnerabilidade (Ver Gráfico 8), hipótese do trabalhador adicional. Em termos comparativos, o período anterior ao da crise sanitária, apresentou condições melhores para as mulheres negras.



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD Contínua, 2020 (1º ao 4º trimestre).

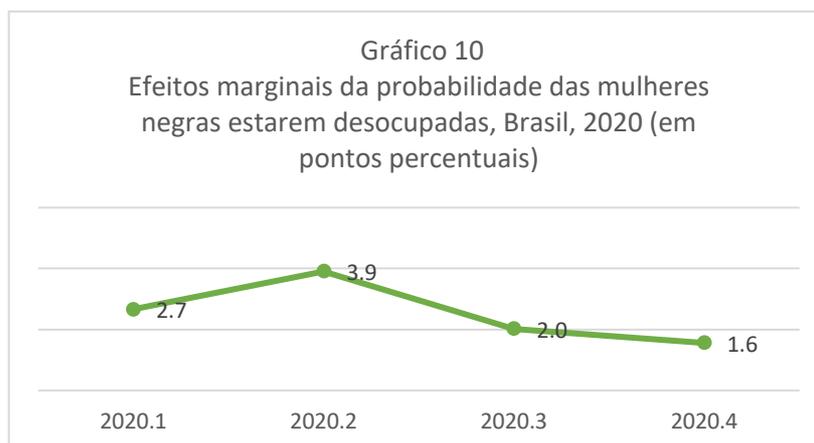
Em termos da desocupação, como mostra o Gráfico 9, ao contrário do esperado cai a probabilidade de as mulheres estarem desocupadas entre o primeiro e segundo trimestre de 2020, possivelmente por terem ido para inatividade direto. Depois disto, o efeito marginal apresenta trajetória ascendente. No segundo trimestre de 2020, as mulheres têm 4,5 p.p a mais de probabilidade de estarem desocupadas que os homens, já no quarto trimestre, esta diferença passou para 6,1 p.p. Há indícios de que nesse quesito, as mulheres foram mais penalizadas pela pandemia

de COVID-19 que os homens. Em contraste ao período anterior à crise sanitária se observa um patamar mais elevado de precariedade para as mulheres.



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD Contínua, 2020 (1º ao 4º trimestre).

No que concerne a diferença racial entre as mulheres, as negras ao longo de 2020 tiveram maior probabilidade que as brancas de estarem desocupadas. A pior situação ocorreu no segundo trimestre de 2020, quando as negras tiveram quase 4 p.p a mais de probabilidade desocupação. Ao longo da pandemia, isto parece ter melhorado, sendo que no quarto trimestre, o efeito marginal foi menor que o do primeiro trimestre do ano quando comparadas as mulheres brancas e negras. É importante ressaltar que a magnitude do efeito marginal, tirando o pico de 3,9 no segundo trimestre de 2020, não fica tão distante do período pré-pandêmico (Ver Gráfico 10). O fato é indicativo de que na prática se mantém a maior vulnerabilidade laboral das mulheres negras, como fruto de um passado escravocrata brasileiro que nega equânimes oportunidades para negros e brancos na sociedade. No caso das mulheres, o sexismo arraigado também concede sua parcela de contribuição para condições laborais mais precárias, sendo conforme imbricamento de vulnerabilidade que as mulheres negras ocupam a base da pirâmide social.

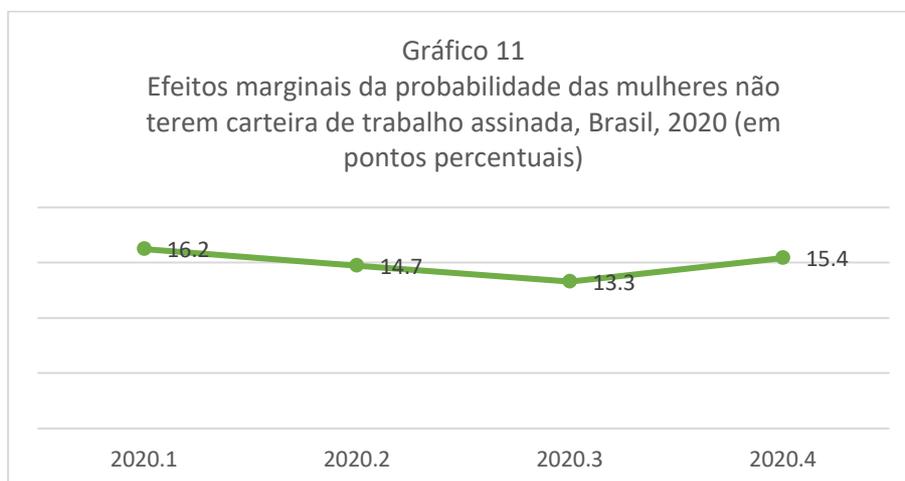


Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD Contínua, 2020 (1º ao 4º trimestre).

Por fim, cabe refletir sobre a condição de proteção trabalhista aqui observada pela lente de ter carteira de trabalho assinada. A primeira vista, os resultados parecem estranhos, pois há queda na probabilidade das mulheres não terem carteira assinada do primeiro ao terceiro trimestre de 2020. Mas, essa redução não é um número a ser comemorado já que na prática uma menor desproteção trabalhista na pandemia parece ser reflexo de que as trabalhadoras mais vulneráveis saíram do mercado de trabalho. Consequentemente, o que se observou foi uma queda na

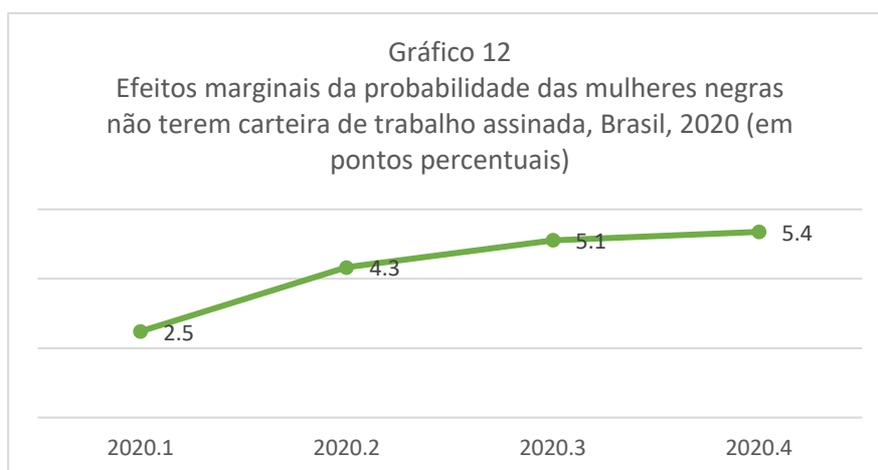
informalidade. A informalidade passou a não mais funcionar como “colchão” durante a crise sanitária.

Quando se olha o aumento da probabilidade de as mulheres não terem carteira assinada no quarto trimestre de 2020 faz sentido a consideração acima. O relaxamento do isolamento social levou a uma retomada ao mercado de trabalho, sobretudo das trabalhadoras mais vulneráveis refletindo no aumento da informalidade. Frente ao vivido antes da crise sanitária, tem-se patamares mais altos agora de probabilidade de as mulheres não terem carteira de trabalho assinada, indicando uma piora da condição laboral feminina (Ver Gráfico 11).



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD Contínua, 2020 (1º ao 4º trimestre).

Observando a diferença entre as mulheres, tem-se que durante a pandemia aumentou a probabilidade de as mulheres negras não terem carteira de trabalho assinada. No primeiro trimestre do ano, uma mulher negra tinha 2,5 p.p a mais de probabilidade não ter carteira assinada e, no quarto trimestre, passou a ter 5,4 p.p. Embora as mulheres negras representem a categoria com maior nível de vulnerabilidade laboral, esses resultados distintos da situação das mulheres de modo geral, podem ser indicativos de que as negras transitaram primeiro para a informalidade durante a pandemia, e em momento posterior teriam saído do mercado de trabalho (Ver Gráfico 12). Ao se cotejar com os resultados pré-pandemia, há uma diferença de magnitude não desprezível, o que evidencia aumento de precariedade laboral para as mulheres negras se comparado as mulheres brancas.



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD Contínua, 2020 (1º ao 4º trimestre).

Com base nessas estatísticas e modelos apresentados, se pode aventar que as desigualdades ainda são marcantes entre homens e mulheres e entre as próprias mulheres. Todavia, ao contrário da

hipótese de pesquisa, não são encontradas evidências gerais que na crise econômica e sanitária tenham se aprofundado os hiatos das desigualdades. Nota-se que a crise alcança a todos, ficando as mulheres e as mulheres negras em maior vulnerabilidade devido ao patamar anterior das desigualdades.

6. Considerações Finais

Durante a primeira década dos anos 2000, embora aquém do necessário para uma sociedade genuinamente equânime, o Brasil tinha experimentado o arrefecimento das desigualdades em seus diversos gradientes – econômica, gênero e raça. Esses avanços foram frutos de uma estratégia governamental deliberada de promoção da inclusão e ascensão social da população mais vulnerabilizada, que no país tem uma face bem delimitada: mulheres, negros e pauperizados. As conquistas sociais colocaram o Brasil em um patamar mais elevado de civilidade e dignidade para seu povo, com melhorias no mercado de trabalho e na provisão de bens e serviços públicos.

Mediante a assombrosa desigualdade que ainda marcava o país nos anos 2000, tem-se que o ritmo das mudanças foi lento, mas ao menos sinalizava aos brasileiros a esperança de um futuro promissor. Em 2014, o bom desempenho da economia que favoreceu o modelo de crescimento redistributivo levado a cabo pelas gestões centro-esquerda se inverte e, o país passa a vivenciar uma profunda recessão. O cenário econômico desfavorável por si só já tende a acirrar a disputa pelo fundo público, podendo nessa disputa se perder espaço as demandas sociais. O contexto se apresentou ainda mais preocupante em termos de conquistas sociais pois, junto com a crise econômica ocorre o *impeachment* de Dilma Rousseff e o país passa a ser orientado por um viés econômico de austeridade fiscal.

Não querendo entrar no mérito dos fatores que teriam conduzido o país a maior recessão desde a do governo Collor, algo se tem por certo é a deterioração do mercado de trabalho. Deterioração que não foi passageira, tendo em vista que mesmo com a retomada modesta do crescimento econômico, as condições laborais continuaram bem precárias. Em um cenário que não era dos melhores no Brasil - economia estagnada, desemprego elevado, e um presidente que não nega, na verdade se orgulha, de seu desprezo pelas pautas identitárias- chega a pandemia de COVID-19. Assim, o país passa a experimentar um momento muito delicado para as populações historicamente mais vulneráveis, dado os efeitos deletérios da pandemia em um contexto que já era de menor bem-estar social.

Essa pesquisa se propôs a avaliar o comportamento das desigualdades laborais entre homens e mulheres e entre mulheres (brancas versus negras) considerando a crise econômica (2014-2016) e a crise sanitária da COVID-19 (2020). O intento era compreender, com indicadores selecionados, se as crises agudizavam o hiato das desigualdades. O resultado a que se chega é que, ao contrário do que era esperado, não se têm evidências que a crise econômica penaliza mais fortemente algumas categorias, como as mulheres e as mulheres negras. O que os dados levam a crer é que, em linhas gerais, os patamares das desigualdades são preservados durante a crise econômica, e por isso, mulheres e mulheres negras mantêm sua elevada vulnerabilidade. E também não se pode ter uma conclusão taxativa que a pandemia acentua o hiato das desigualdades, para os elementos laborais analisados. Pode-se extrair dos dados que durante a crise sanitária há uma piora das assimetrias em termos de proteção trabalhista. Todavia, nos demais indicadores os resultados são divergentes em relação a diferença de gênero e intra-gênero. No indicador de participação econômica ocorre a manutenção do hiato que separa mulheres de homens e piora para as mulheres negras, já na desocupação tem-se uma piora para as mulheres frente aos homens e manutenção da situação das negras frente as brancas.

O que se pode concluir, de modo contundente de tudo que foi analisado, é que se acentuou o nível de vulnerabilidade da população brasileira, refletindo em uma vida menos digna para as categoriais que historicamente são mais marginalizadas: mulheres e mulheres negras.

Referências

- ABREU, Z. Luta das mulheres pelo direito de voto: movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. *ARQUIPÉLAGO-HISTÓRIA*, 2ª série, VI, 2002.
- ACCIARI, L. A trabalhadora doméstica também é um ser humano?: O direito a quarentena remunerada como novo privilégio social. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Reflexões na Pandemia*, p. 1-8, 2020.
- BARBOSA, A. L. N. de H.; COSTA, J. S. de M. Oferta de creche e participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil. 2017.
- BARBOSA, A. L. N. de H.; COSTA, J. S. de M.; HECKSHER, M. D. Mercado de trabalho e pandemia da covid-19: Ampliação de desigualdades já existentes?. nº 69, 2020.
- BARROSO, H. C.; GAMA, M. S. B. A crise tem rosto de mulher: como as desigualdades de gênero particularizam os efeitos da pandemia do COVID-19 para as mulheres no Brasil. 2020.
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. *Cad. Pesqui.*[online]. 2000, n.110, pp.67-104.
- CADÓ, I. L.; DA COSTA FURNO, J.. Mulheres frente à recessão econômica e a austeridade: uma interpretação da economia feminista. *Textos de Economia*, v. 23, n. 1, p. 1-30, 2020.
- CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. *Revista LOLA Press*, nº 16, nov.2001.
- COLLINS, P. H. *Black Feminist Thought*. New York/London:Routledge. 335 p. 2009.
- _____. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. *Cadernos Pagu*, n. 51, 2017.
- COSTA, A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Labrys, Estudos Feministas*, Brasília, v. 7, p. 09-36, 2005.
- CRENSHAW, K. 1989. “Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”. *University of Chicago Legal Forum*, pp. 139-167.
- ESPING-ANDERSEN, G. *The Incomplete Revolution: adapting to women’s new roles*. Cambridge: Polity Press, 2009.
- FIGUEIREDO, A. Somente um ponto de vista. *Cadernos Pagu*, n.51, 2017.
- HIRATA, H. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. ANÁLISE nº 7/2015 Fundação Friedrich-Ebert-Stiftung (FES), São Paulo, 2015.
- HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Mediações*, Londrina, v. 20 n. 2, p. 97-128, jul./dez. 2015.
- HOOKS, B. Intelectuais negras. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 3, n. 2, pp. 464-478, 2. sem.1995.
- LEONE, E. Participação das mulheres na atividade econômica em contextos de crescimento econômico e de recessão. XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. P. 1-19, 2019.
- MARTINS, A. P. A. O sujeito “nas ondas” do Feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. *Revista Café com Sociologia*, V. 4, n. 1, jan/abr. 2015.

- MELLO, G. Os primeiros resultados do ajuste: presente sombrio, futuro incerto. In: Ajuste econômico, renúncias fiscais e seguridade social. *Revista Social de Desenvolvimento*. Ano 3 Maio. 2015.
- MELLO, G.; ROSSI, P. Do industrialismo à austeridade: a política macro dos governos Dilma. *Texto para discussão*, n. 309, p. 1-36, 2017.
- ORAIR, R. O. Política fiscal e resposta emergencial do Brasil à pandemia. Políticas sociais: Acompanhamento e Análise, n. 28. Brasília: IPEA, 2021.
- OREIRO, J. L.; PAULA, L. F. A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: Uma avaliação preliminar, 2019 (mimeo).
- PENNA, G. O. et al. Pnad covid-19: um novo e poderoso instrumento para vigilância em saúde no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva, SciELO Public Health*, v. 25, p. 3567–3571, 2020.
- PEREIRA, R. M.; GALVÃO, M. C.; MAXIR, H. dos S. Determinantes do emprego secundário e informalidade: evidências adicionais para o mercado de trabalho brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 35, 2018.
- PEREZ, O.; RICOLDI, A. A quarta onda do feminismo? Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos. Anais do 42º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 2018.
- PINHEIRO, L. S. Os dilemas da construção do sujeito no feminismo da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Ipea, 2016 (Texto de Discussão do Ipea n. 2210).
- TEIXEIRA, M. A crise econômica e as políticas de austeridade: efeitos sobre as mulheres. Economia para Poucos. *Impactos Sociais da Austeridade e Alternativas para o Brasil*, ROSSI, DWECK & OLIVEIRA (org). *Autonomia Literária*. São Paulo, 2018.